

Esfera pública técnico-midiatizada: contemporâneo campo de batalhas morais e políticas identitárias

Resenha

- ✓ MISKOLCI, R. *Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. (Cadernos da Diversidade). 110 p.

■ Ana Carolina Costa dos Anjos

O argumento central do livro é uma reflexão crítica ao modelo de práticas de políticas identitárias contemporâneas que se deram como *Batalhas Morais na Esfera Pública Técnico-Midiatizada*, conforme sintetiza a apresentação escrita por Bila Sorj, professora da UFRJ e pioneira nos estudos de gênero no Brasil.

Fruto da tese de titularidade defendida pelo professor Richard Miskolci na UNIFESP o livro escrito de modo simples e direto parece conter o desejo de estabelecer uma interlocução com um público amplo. Esse cuidado se revela na escolha de estilo e linguagem com os quais o autor apresenta temas de grande complexidade e reflexões analíticas profundas em um formato fluido e conciso. De modo que, devido a essas características, resenha-lo torna-se um desafio, já que tudo está posto de forma organizada e sintética.

Construído com cinco curtos capítulos, além da Apresentação e da Introdução, o livro orbita em torno de um modelo de argumentação teórica. Modelo, neste contexto, deve ser entendido como uma forma de apreender e dar comunicabilidade a apreensão sobre o tema. De modo que, a formação

conceitual é feita a partir de premissas, as quais guiam formulações dos pressupostos dos modelos. No caso, o argumento parte de uma embocadura que apreende como as injustiças sociais demandam de reconhecimento (para o âmbito cultural, com remédios afirmativos) e de redistribuição (para economia, com remédios transformativos), desse modo, Miskolci (2021) estabelece uma interlocução profícua com Nancy Fraser (2006)¹.

O autor também bebe nas fontes da “[...] discussão feminista sobre experiência, em especial a da historiadora Joan W. Scott (1998), segundo a qual não são sujeitos que têm experiências, mas sim as experiências que constituem os sujeitos e, por isso, devem ser objetivo de investigação” (p. 82). Assumindo que a “memória evocada” pela experiência não é transparente, em diálogo aberto com *A invisibilidade da experiência* (SCOTT, 1998), o autor questiona em que medida a pesquisa científica deveria partir das circunstâncias culturais e históricas que constituem os sujeitos e não o contrário.

Outro argumento fundamental é articulado a partir do ensaio da indiana Gayatri C. Spivak *Pode o subalterno falar?*, com um assertivo apontamento sobre uma leitura equivocada do texto em solo nacional. Isto porque, diferente do que vem sendo massivamente apropriado a resposta ao ensaio *Pode o Subalterno Falar? é Não! Afinal*; “[...] o fato de que o subalterno não pode falar (por si próprio), [se dá] porque, quando o tenta, tem seu discurso delimitado pelo enquadramento de poder que o subalternizou” (p. 84).

Longe de querer tomar o lugar de alguém falar – e muito pelo contrário – Miskolci (2021) discute e desconstrói teoricamente léxicos como “lugar de fala”, “cisgeneridade” e “experiência” apontando o quão ‘não-científicos’ são e como os usos, sobretudo na esfera pública técnico-midiatizada, têm promovido posturas anti-intelectualistas (dentro, fora e, às vezes, através da academia). Outro prejuízo identificado na mesma esteira dos usos é o ‘cancelamento’ e ‘escracho’ de pesquisadores (ou militantes históricos e outras pessoas) que, muitas vezes, estão no mesmo lado da trincheira na luta por justiça social e intergeracional. “Daí a espinhosa constatação de que o trabalho intelectual não pode ser substituído e de que o investigador acadêmico se manterá em uma relação de representação – mesmo que não queira – em relação àqueles cuja condição pesquisa.” (p. 86).

¹ O texto *Da redistribuição ao reconhecimento: dilemas da justiça na era pós-socialista*, traduzido para o português em 2006, aponta que as lutas de reconhecimento se tornaram uma forma de conflito político no final do século XX. Traz exemplo de sexualidade, raça, gênero e discute o que é redistribuição e reconhecimento, bem como o que seriam seus remédios (afirmativos e transformativos, respectivamente). Na sequência discute as práticas afirmativas e transformadoras e as possibilidades - a longo prazo - de mudança de cada uma. Assim, a autora, propõe que: “ao invés de simplesmente endossar ou rejeitar o que é simplório na política de identidade, devíamos nos dar conta de que temos pela frente uma nova tarefa intelectual e prática: a de desenvolver uma teoria crítica do reconhecimento, que identifique e assuma a defesa somente daquelas versões da política cultural da diferença que possam ser combinadas coerentemente com a política social da igualdade.” (FRASER, 2006, p. 231, grifo da autora). Ou seja, o modelo de Fraser (2006) tem como base teórico-crítica feministas de uma linha marxiana materialista e dialética.

A Introdução examina como movimentos identitários e grupos de direita agiram com estéticas políticas semelhantes dentro e contra a esquerda, o intelectualismo e a academia. Vale destacar que, conforme sublinhado pelo autor, as agências (ações e reações) foram narradas midiaticamente (e técnico-midiaticamente) com um enquadramento de agenda moral, construindo no imaginário social um “[...] inimigo comum, que se misturava à agenda de direitos sexuais e reprodutivos, aos estudos de gênero, à presidente mulher de esquerda e à corrupção” e tudo isso “[...] começou a ser chamado de ideologia de gênero.” (p. 22).

O primeiro capítulo, intitulado *As diferenças na esfera pública técnico-mediatizada* (p. 29-48), discute a economia da atenção, vivida especialmente por jovens que foram socializados com a presença da internet e identifica como e quando as redes sociais digitais se tornaram “o espaço hegemônico de discussão política no Brasil.” (p. 31). O autor identifica o fenômeno das chamadas Jornadas de Junho de 2013 como o momento em que “a primeira geração nascida e criada na era da internet alcançou a maioria. [...] essa geração entrou na vida adulta tendo que encarar a chegada da crise ao Brasil e o conseqüente reavivamento de históricos conflitos redistributivos: tanto de ordem econômica quanto de reconhecimento.” (p. 31). Os usos da internet são discutidos longe de um determinismo tecnológico². De modo que, os sujeitos tendem a agir como empreendedores de si pela identidade³ e contra-atacando os mediadores sociais, como intelectuais e jornalistas. “De forma esquemática, o individualismo neoliberal das redes sociais on-line promove formas de pensamento padronizadas, afeitas à fácil assimilação e disseminação, gerando engajamento coletivo a ideias que se opõem às formas de pensar reflexivas [...]” (p. 47). Não apenas empobrecendo o debate, mas promovendo silenciamentos, cancelamentos e escrachos públicos. Uma vez que, o reconhecimento político demanda mudanças estruturais, o autor observa ainda como, no contexto da esfera pública técnico-mediatizada, essas demandas passam a se confundir com reconhecimento midiático.

O segundo capítulo, *‘Ideologia de gênero’: os empreendedores morais e sua cruzada* (p. 49-68), analisa sociologicamente o argumento da cruzada moral e situa como foram construídos os campos discursivos dos atores divergentes; a saber; empresas contra o Estado (instituto Millenium), grupos contra a esquerda (Movimento Brasil Livre), ou ainda quem se engaja a favor de crianças e família (Escola Sem partido) *versus* Plano Nacional de Educação (Estado). Em diálogo com Berenice Bento (2017, 2018), Miskolci (2021) busca outra base para reexaminar o momento em que vivemos,

² Todavia não deixa de se discutir a relevância das lógicas de interação baseadas em algoritmos, um conjunto de códigos por meio dos quais a plataforma funciona, conforme as estratégias comerciais e o plano de negócios da empresa.

³ As identidades nas políticas das diferenças na esfera pública tecno-mediatizadas “[...] passam a operar dentro da economia da atenção” (DAVENPOTR; BECK, 2001; GOLDBERGER, 1997; *apud* MISKOLCI, 2021, p. 39).

lançando um outro olhar sobre a cruzada dos empreendedores morais e a construção do inimigo comum (que querem aniquilar): a “ideologia de gênero”.

Uma informação importante: o “Gênero não é ideologia, tampouco projetos políticos de igualdade entre homens e mulheres, hétero e homossexuais [...]”. Gênero; “é um conceito científico criado pela Medicina na década de 1950 e, posteriormente, incorporado e desenvolvido pelos estudos acadêmicos feministas para compreender a diferença entre sexo biológico e as relações de desigualdade construídas cultural e politicamente sobre essa diferença.” (p.55). Na mesma esteira, o ‘politicamente correto’, que circulou nas plataformas com “[...] uma lógica de que desigualdades e injustiças poderiam ser atenuadas – e/ou reconhecidas – por meio de mudanças de atitudes e de vocabulário”, “[...] disseminou práticas punitivistas de alguns e reações indignadas de outros, com um saldo aparentemente mais favorável para os conservadores, cujos valores encontram respaldo na tradição e no senso comum.” (p. 57). Em meio a complexidade dos debates contemporâneos, o autor questiona os porquês de alguns segmentos terem alimentado o medo contra um conceito. Miskolci observa que “[...] documentar a oposição de empreendedores morais à demanda de igualdade por parte de mulheres e pessoas LGBTI+ permite identificar ansiedades e medos coletivos despertados em alguns segmentos sociais pelas mudanças nas relações de poder.” (p. 65). E isso, “[...] pode contribuir para superá-lo ou, ao menos, para repensar o derrotado repertório de ação e o vocabulário dos defensores dos direitos sexuais frente à estratégia de comunicação vencedora dos empreendedores morais na esfera pública técnico-midiatizada.” (p. 65).

No terceiro capítulo, *A política identitária no neoliberalismo* (p.67-79), Miskolci (2021) analisa como se deu a produção das noções de agência e do repertório de ação para uma geração conectada que adentra a vida política se valendo de uma estética que adapta a linguagem do contínuo on-line-off-line, ao empreendedorismo de si fundamentado na economia da atenção. Ao esmiuçar as dinâmicas do escracho e do cancelamento o autor aponta o quão nocivas são essas ações para democracia e para academia. Embora sejam diversos os campos de ação das políticas identitárias, *Batalhas Morais* tem como foco o ativismo sexual. Sobre o escracho, o sociólogo descreve como uma prática que “[...] faz parte de um repertório de ação do ativismo sexual baseado no julgamento e na condenação públicos de pessoas com o intuito de desqualificar seu discurso e sua perspectiva política.” (p. 69). E quem faz “busca monopolizar a autoridade e a fala” e recusa mediações. A anti-institucionalidade e anti-intelectualidade fora promovida, segundo o autor, com discursos nas plataformas digitais transformando “[...] discussões acadêmicas e políticas complexas em pauta identitária e vigilância comportamental, atuando como polícia a perseguir todos que não seguissem suas prescrições”. De modo que, o “[...] repertório de ação, [...] prioriza interesses individuais em

detrimento das causas coletivas, do rigor na produção científica e do efetivo compromisso com a justiça social.” (p. 79).

O quarto capítulo, *O vocabulário identitário: “local de fala”, “experiência”, “cisgeneridade”*, apresenta uma desconstrução dos termos “local de fala” via uma leitura de Gayatri Spivak diferente da amplamente publicizada. Como o sujeito subalterno, por vezes, não pode falar, “alguém terá que ‘falar’ por pessoas cujas condições de vida são vulneráveis e, no limite, podem levá-las ao (auto)extermínio” (p. 84). De acordo com o autor, o léxico evocado pelo “lugar de fala”, baseado na autoridade da experiência, pode ser questionado quando submetido ao exame sob os argumentos de Spivak e Scott, por se tratar de um repertório que naturaliza e torna estáticas condições posicionais. Quando um sujeito reivindica para si o ‘local de fala’ “[...] não está em situação de vulnerabilidade extrema e, na verdade, invoca uma forma essencialista de disputar ou monopolizar um tema de investigação ou uma pauta política em contextos que frequentemente acusa de privilegiados.” (p. 88)⁴.

Contrapondo ao termo de defesa ‘local de fala’ e em concordância com Miskolci (2021) trago a perspectiva de Frantz Fanon que, em *Os Condenados da Terra* (2015); aponta-nos que os intelectuais devem assumir um papel político e epistêmico em sua cultura nacional. Para Fanon (2015), o papel dos intelectuais colonizados é ‘falar’ e agir em prol da construção de um novo humanismo. Nesse ponto Fanon (2015) e Gayatri Spivak pensam diferente de Gilles Deleuze e Michel Foucault. Isto porque, Spivak em debate com Deleuze e Foucault afirma que o subalterno, por vezes, não pode falar. Esse papel (de falar) deve ser assumido por mediadores sociais, no caso, intelectuais que ao invés de apenas fornecer ‘caixa de ferramentas’ deveriam falar. Arrematando, tanto em Fanon (2015), Spivak (2010) como em Miskolci (2021) há uma tese que aponta para a agência do intelectual no campo discursivo. Ao passo que na esfera pública técnico-mediaticizada diz-se o contrário, ou seja, apenas a fala a partir da experiência vivida seria legítima.

Por fim, o quinto e último capítulo, *Epílogo para uma era de Batalhas Morais* (p. 91-102), recapitula a obra e traz alguns ‘antídotos’/ ‘remédios’ (para usar um termo da Nancy Fraser) para

⁴ Na entrevista “A intersecção entre diferença e conflito urbano nas Ciências Sociais: uma entrevista com Valter Roberto Silvério (UFSCar) e Gabriel de Santis Feltran (UFSCar)”, o professor Gabriel Feltran, em resposta a uma pergunta sobre o problema a essencialização de identidades, responde que alguns sujeitos que buscam o espaço de locução (‘lugar de fala’) pertencem a uma classe média negra. “Porque ela já está disputando esse lugar com as classes médias brancas. Como se os outros negros, que estão na base, no gueto, estivessem sendo representados por essas falas. Só que há uma diferença muito grande entre quem está num lugar de fala, e no outro lugar de não-fala. É um debate super intrincado, que rende muitas discussões e muitas polêmicas também [...]. Quando por exemplo o rap, alguns rappers saem da favela e outros ficam na favela, gera mil debates sobre quem é legítimo para falar. Porque se é ‘voz da favela e faz parte dela’, é uma coisa. Se não é, é outra coisa. Até que o Mano Brown, depois de ter refletido muito sobre isso, vai dizer que é um artista, que não é representante político da favela, necessariamente. Para sair desse imbróglio, é preciso abandonar a ‘representação’.” (RODRIGUES *et al.*, 2021, p. 172).

combater o autoritarismo vigente na esfera pública técnico-mediatizada. Miskolci (2021) observa que os caminhos tomados para área de gênero e sexualidade (propostas de igualdade e reconhecimento) coincidem com a emergência da esfera pública técnico-mediatizada”, em um momento em que; “uma política fincada na afirmação essencialista das identidades e em seu repertório de práticas” passou a ser priorizada. E essa forma de agência contribuiu “[...] para que vivêssemos uma era de confrontos morais que favoreceu os adversários da ciência e dos direitos sexuais e reprodutiva” (p. 91).

Uma das principais consequências decorrentes das transformações identificadas pelo autor é a deslegitimação de mediadores e instituições, paulatinamente substituídos por uma “[...] imaginação assentada no senso comum [que] ganha poder e se impõe muitas vezes negando até o princípio de realidade. Esse negacionismo é frequentemente disfarçado de democratização na produção e disseminação de conhecimento.” (p. 92-93). Ademais, a “[...] transformação das propostas de reconhecimento e igualdade em uma agenda de costumes não foi levada a cabo apenas pela extrema-direita, mas contou com o apoio daqueles/las que contribuíram para disseminar a falsa percepção de que demandas de igualdade e reconhecimento podem ocorrer pela vigilância comportamental e vocabular, e pela retaliação moral aos que acusam de preconceituosos.” (p. 101).

Dessa forma, o livro confronta formas discursivas punitivistas presentes na esfera pública técnico-mediatizada produzidas sob a égide do empreendedorismo de si e da economia da atenção, que se valem de léxicos não científicos como “lugar de fala”, “cisgeneridade” e “experiência”, utilizados como uma blindagem à contra-argumentação, buscando monopólio da fala (ou “protagonismo” para usar um termo das mídias digitais).

Endossando a tese do livro, finalizo, acrescentando que para a formulação de políticas públicas algumas fixações são necessárias. Por exemplo, para pensar as ações afirmativas é preciso descrever quem são os sujeitos que podem acessá-las. Já a produção científica deve ‘fugir’ de fixações, essencialismos e pensar as diferenças (na chave da *differance*). Possibilitando, assim, um campo discursivo e de ação para que as identificações múltiplas, interligadas e abertas à diferença criativa se construam em contraposição à ‘similitude pura⁵’ (GILROY, 2017).

Referências

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento - Dilemas da justiça na era pós-socialista. **Revista Cadernos de Campos**, v. 15, n. 14–15, p. 231–239, 2006.

⁵ Segundo Gilroy (2007), a similitude pura é política de identidade que fixa o sujeito após racionalizá-lo, seu lugar social torna-se objetificado, um não sujeito locutor, no qual coletivos são tomados como homogêneos. Como resposta à similitude pura Gilroy (2007) aponta a *differance* da vertente derridariana. Para o autor é preciso reconhecer “[...] a possibilidade de diferença no interior da similitude” (GILROY, 2007, p. 158).

FRANTZ, F. **Os Condenados da Terra**. Trad. Enilce A. Rocha, Lucy Magalhães. Prefácio Jean-Paul Sartre (1961), Alice Cherki (2002), Posfácio de Mohammed Harbi (2002). 3. Reimp., Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2015. [Coleção Cultura, v.2]

GILROY, Paul. **Entre Campos: nações, culturas e o Fascínio da Raça**. Trad. de Célia Maria Marinho de Azevedo *et al.* São Paulo: Annablume, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravony. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 174 p. (Babel)

RODRIGUES, E. RUY, L. MALDONADO, J.; JARA, S. A intersecção entre diferença e conflito urbano nas Ciências Sociais: uma entrevista com Valter Roberto Silvério (UFSCar) e Gabriel de Santis Feltran (UFSCar). *Askésis*, v.9, n.1, p. 153-174, jan.-jun., 2020. Doi: 10.46269/9120.565.

Ana Carolina Costa dos Anjos
Doutora em Sociologia
Professora do curso de Jornalismo da Universidade de Gurupi (UNIRG)
carolcdosanjos@gmail.com